

Advogada Cristiane Britto vai substituir Tia Eron na Secretaria da Mulher

Especialista em direito eleitoral é filiada ao PRB e comandará área que tem um dos maiores orçamentos da pasta

(O Globo, 09/05/2019 - acesse no site de origem)

A ministra da Mulher, Damares Alves, anunciou nesta quinta-feira a nova secretária da Mulher, que vai substituir a ex-deputada [Tia Eron](#), exonerada do cargo no último sábado. Quem assume o posto é a advogada Cristiane Britto, filiada ao PRB, especialista em direito eleitoral.

Informo que encaminhei para nomeação ao cargo de Secretária Nacional de Políticas para Mulheres o nome da advogada Cristiane Brito (PRB), do Observatório Eleitoral Pesquisa de Liderança Feminina na Política.

— Damares Alves (@DamaresAlves) [9 de maio de 2019](#)

A Secretaria da Mulher está entre os maiores orçamentos da pasta, com R\$ 26,6 milhões para elaborar políticas públicas de proteção à mulher. Estão no escopo da área responde projetos como o disque denúncia 180, que atende mulheres vítimas de violência, e campanhas de prevenção à violência sexual e doméstica contra a mulher.

Bem como sua antecessora, que ficou dois meses e dois dias no posto, a nova secretária da Mulher é formada em Direito e filiada ao PRB. Cristiane Britto também é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo o portal da OAB, ela está entre os fundadores da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) e é membro da Instituição Brasileira de Direito Público.

A advogada também integra o Observatório Eleitoral Pesquisa de Liderança Feminina na Política, do IDP.

Audrey Furlaneto

Mesmo tardia, legislação de proteção à mulher no Brasil é avançada

Especialista vê falhas em prevenção à violência por parte do Estado

[\(Agência Brasil, 01/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Com um texto bem elaborado, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) permitiu que vários tipos de violência contra a mulher fossem denunciados, embora tenha vindo tardiamente, se comparada à legislação instituída em outros países, segundo a pesquisadora Wânia Pasinato. Uma das principais estudiosas do assunto, a socióloga afirmou que o atraso na publicação da lei foi uma espécie de trunfo para o Brasil.

“A Lei Maria da Penha demora, mas vem com uma vantagem: se inspirou no que há de melhor nas outras leis. Traz uma legislação que não é só do âmbito penal, mas que tem também um conjunto de diretrizes para orientar a política pública, que é a Política Nacional para Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, explica.

A Finlândia, por exemplo, desenvolve políticas de prevenção da violência contra a mulher desde 1998. Levantamento do país revelou que mais da metade (53%) das mulheres do país nórdico já foi vítima de violência física a partir dos 15 anos de idade. País onde o índice chega a um quinto (20%) das mulheres, a Áustria instituiu uma lei voltada a proteger as vítimas de violência doméstica em 1997.

Assessora técnica da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), Wânia lembra que conceber melhoramentos às leis de proteção aos direitos das mulheres levou tempo no Brasil.

“As leis eram muito voltadas à proteção da família, não se tinha um olhar muito cuidadoso para a situação das mulheres, das meninas. Isso começa a mudar a partir dos anos 2000. Revisa-se a legislação e, com isso, passa-se a mostrar que a desigualdade é a causa estruturante dessa violência. Era preciso abranger também a situação das mulheres no ambiente doméstico e familiar”, afirmou.

Falhas

Para a socióloga, as ações do Estado têm falhado, no que tange à prevenção da violência. “A gente aprova lei, muda discurso, mas a gente não consegue fazer com que estados e suas instituições se comprometam. Não consegue criar estruturas novas, fazer com que as instituições mudem seus padrões de comportamento e trabalhem em conjunto com a Justiça, em vez de fazer com que ela [a Justiça] aja sozinha, como se fosse a única entidade capaz de responder ao problema da violência”, disse.

A pesquisadora Ana Paula Portella, especialista há duas décadas na área de gênero, diz que se impressiona, até hoje, com a longevidade do ciclo de violência contra as mulheres.

“Sempre me impressiono muito com a durabilidade desse ciclo e como, de fato, prende as mulheres. Fica em torno de um conjunto de valores. Quando ele [o companheiro] a agride, dizem que ela não tem motivo para reclamar, que aquilo é o preço que tem que pagar para ter uma família, cuidar dos filhos, ter um marido provedor.”

Pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Instituto Datafolha mostrou que a [violência perpetrada por um parceiro íntimo](#) ainda persiste em todo o país.

De acordo com o estudo *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, cônjuges cometeram 23,9% das agressões e ex-cônjuges, 15,2%. Também figuram como autores irmãos

da vítima (4,9%), amigos (6,3%) e pais (7,2%).

A vida de quem fica

“Até um tempo atrás, eu falava que o feminismo não me representava. Depois de algumas situações pelas quais eu mesma passei, comecei a abrir meus olhos para isso.” A afirmação é da contadora Bruna Spitzner, prima de Tatiane Spitzner, que foi encontrada morta no dia 22 de julho de 2018.

As suspeitas são de que o marido de Tatiane, o biólogo Luís Felipe Manvailer, a arremessou do 4º andar do prédio onde o casal morava, em Guarapuava, interior do estado. Os indícios são de que ele a arrastou, já sem vida, para dentro do apartamento, tendo fugido em seguida, pela BR-277, onde foi preso por policiais, após adormecer ao volante e perder o controle do carro que dirigia.

Em entrevista realizada no dia em que a ocorrência completava sete meses, Bruna contou, por telefone, como o fato a afetou. “Acho que ninguém precisa passar por isso. Foram registrados muitos casos [de violência contra mulheres]. Precisamos dar muito mais atenção a isso, fazer muito mais alarde. A gente tem que se ajudar, estender a mão uma para a outra. Quando vê uma mulher passando apertado na festa, na rua, tentar perder o medo de se meter, porque geralmente as pessoas não se metem, se calam, fecham os olhos.”

Segundo a contadora, as reflexões sobre a violência contra mulher surgiram quando ela mesma se viu em uma situação de abuso. “Percebi que era abuso quando consegui sair do relacionamento, percebi que era inferiorizada. Tive depressão pós-parto e, com a ajuda da terapeuta, consegui ver que eu estava num relacionamento abusivo. É muito importante isso, porque, às vezes, a gente não enxerga”, disse a contadora.

As redes sociais, mencionou Bruna, acabaram se tornando um canal para que vítimas compartilhassem com ela suas experiências.

“As pessoas sentem um carinho e vêm comentar, conversar, relatar as coisas por que passaram. Não foi uma nem foram duas mulheres, foram dezenas que disseram que tentaram fazer a denúncia, registrar a ocorrência, que dizem que chegam à delegacia e os policiais falam: ‘Você tem certeza? Foi só um empurrão. Você quer acabar com a vida dele [do agressor]?’. As mulheres estão muito desacreditadas. Faltam profissionais que acolham. Eu penso que a pessoa já passou por um trauma horrível, muitas vezes, por ameaças, e quando chega para denunciar, tiram a vontade, falam que não vai adiantar, que o processo vai ficar parado”, afirmou.

Auto-estima

Para a cientista social Anelise Gregis Estivalet, o amor-próprio é o elemento capaz de preservar a mulher de agressões que vão do plano físico àquelas mais sutis, como restrições no direito de ir e vir. “Se você tem meninas sabendo diferenciar uma conduta normal de uma que agride é um grande passo. Parte disso é a mulher entender que o mais importante é ela amar a si mesma e que ela tem importância”, ponderou a professora.

Segundo Anelise, todo agressor trata a mulher como objeto. “Feminicídio é quando você não vê a mulher enquanto pessoa, e sim como objeto. Uma coisa que pode ser objeto de satisfação, de ciúme e de relação de poder. Muitas mulheres imaginam que, se forem propriedade de alguém,

elas vão ser protegidas, e é exatamente o contrário, porque aí dão o direito de que façam com ela o que quiserem”, argumentou.

De acordo com Ana Paula Portella, diferentemente das mulheres que vivem nas cidades, as vítimas da zona rural residem em lugares quase inabitados, o que dificulta a detecção do ciclo de violência por parte de amigos, familiares e pessoas do seu círculo social. Algumas delas, ressaltou, não chegam a ser mortas pelo companheiro, mas ficam mais suscetíveis a crimes como estupro marital.

“Elas podem viver o casamento inteiro com agressões físicas, sexuais, sem que necessariamente leve à morte, mas tem menos possibilidade de sair da situação. Na área urbana, a mulher pode viver o mesmo tipo de abuso, mas tem mais ferramentas, como delegacia, vigilância de amigos, família e colegas de trabalho que podem detectar sinais para que procure ajuda.”

Relacionamento tóxico

A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou, na última quinta-feira (21), uma [lista com cinco recomendações](#) para se adotar na luta contra a desigualdade de gênero.

Entre as maneiras de romper com ciclos de violência, a organização cita a mudança de linguagens que favoreçam a perpetuação de esterótipos de gênero e o compartilhamento do cuidado com a casa.

De acordo com [dados do 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), em 2017, 4.539 mulheres foram assassinadas, taxa que representou um aumento de 6,1% em relação ao ano anterior. Do total de ocorrências, 1.133 foram classificadas como feminicídios.

Ainda foram computados naquele ano 60.018 estupros, crime que apresentou aumento de 8,4% em relação a 2016. Ao todo, houve 221.238 casos de lesão corporal dolosa enquadrados na Lei Maria da Penha, uma média de 606 casos por dia.

As demandas das mulheres não estão sendo debatidas, mas elas podem definir as eleições de 2018, por Jacira Melo

Quais são as principais preocupações das 77 milhões de mulheres brasileiras, que representam 52,5% dos votos nestas eleições? A [pesquisa Ibope/ONU Mulheres realizada em agosto](#) revela que as brasileiras priorizam mudanças sociais e investimentos em serviços públicos.

(Agência Patrícia Galvão, 04/10/2018)

Em suas respostas, as mulheres destacam que consideram como de extrema importância uma série de medidas que o governo federal deve implementar nas seguintes áreas: saúde (por

exemplo, criar medidas para ajudar os municípios a diminuir o tempo entre a marcação e realização de consultas e exames); segurança (ex.: ampliar a rede de atendimento a mulheres vítimas de violência); educação (ex.: municípios devem receber ajuda para ampliar vagas em creches); trabalho (ex.: promover políticas que incentivem que homens e mulheres tenham os mesmos salários e oportunidades).

Esses dados apontam que as mulheres, além de salientar a urgência de melhorias nas áreas de saúde, segurança e educação, também enfatizam a necessidade de mais investimentos públicos e mudanças de políticas para o enfrentamento das desigualdades sociais. Contudo, todas essas preocupações destacadas pelas mulheres como prioridades para o próximo governo têm sido pouco debatidas pelos candidatos e candidatas à presidência.

Mulheres com menor renda e escolaridade podem garantir um segundo turno

Em relação à intenção de voto das eleitoras, segundo a pesquisa Ibope divulgada em 3/10, as mulheres que declaram voto em Bolsonaro têm um perfil semelhante ao dos eleitores homens do candidato do PSL: renda mais alta, maior escolaridade e concentração nas regiões Sudeste e Sul.

Tudo indica que um provável segundo turno nesta eleição presidencial será garantido pelas mulheres de menor renda, menor escolaridade e que vivem nas regiões mais carentes do país. Ao mesmo tempo, as pesquisas revelam que as mulheres tendem a ser mais exigentes com relação às propostas que têm a ver com a vida real cotidiana, especialmente por serem as principais usuárias dos serviços públicos. No segundo turno, as mulheres precisam estar no centro dos debates e das propostas sobre políticas e mudanças sociais para o país.

Jacira Melo é diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão.

[Ana Paula Portela e Jacira Melo comentam políticas públicas para mulheres](#)

No Podcast Folhape, desta terça-feira (2), as políticas públicas voltadas para as mulheres nos planos de Governo dos presidentiáveis e candidatos ao Governo de Pernambuco foram os principais assuntos do programa Folha Política com a socióloga Ana Paula Portela. “A tipificação do feminicídio é uma tentativa chamar atenção para mostrar que as mulheres e os homens morrem em circunstâncias diferentes. É mostrar que as mulheres morrem devido a desigualdade de gênero”, disse Ana Paula.

[\(Folha PE, 02/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Ainda no programa da Rádio Folha 96.7 FM, a diretora do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, comentou o papel decisivo das mulheres na eleição. “As mulheres estão num processo de construção de voz”, identificou Jacira.

Mulheres têm espaço tímido nos planos de governo de candidatos

Nestas eleições, duas mulheres disputam na cabeça de chapa a corrida presidencial, como Marina Silva, da Rede, e outras quatro concorrem na vice. No entanto, o espaço feminino nos planos de governo é fraco. Quatro deles sequer citam a palavra mulher. Entre os que citam, as temáticas violência e equiparação salarial são os destaques.

[\(CBN, 17/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O discurso à favor da criação de políticas públicas para mulheres está na boca dos candidatos, principalmente em debates e sabatinas.

Foi dentro da temática mulher que os eleitores presenciaram, talvez, o maior enfrentamento entre alguns candidatos. Marina Silva, da Rede, foi pra cima de Jair Bolsonaro, do PSL, em um debate na Rede TV!, quando o assunto foi equiparação salarial.

Geraldo Alckmin explorou a imagem de Bolsonaro em peças publicitárias, comparando o capitão da reserva a um relacionamento abusivo e violento.

No pleito deste ano há duas candidatas mulheres encabeçando chapas e outras quatro figuram como vices. Ou seja, das 13 candidaturas seis têm presença feminina. Mas como as mulheres são representadas nos Planos de Governo protocolados no Tribunal Superior Eleitoral? A CBN foi atrás e descobriu que dos 13 planos, quatro sequer citam a palavra mulher.

Jair Bolsonaro - O caminho da prosperidade

Candidato do PSL, o deputado federal Jair Bolsonaro tem uma grande rejeição entre as mulheres: 49% do eleitorado feminino diz que não votaria em Bolsonaro de jeito nenhum.

O programa de governo dele disponível no TSE menciona uma única vez a palavra “mulheres” em 81 páginas.

As propostas apresentadas são em geral dirigidas a todos os “cidadãos”, às “pessoas” ou às famílias, sem direcioná-las a grupos específicos. Quando questionado sobre desigualdade salarial entre homens e mulheres, o candidato afirma que não cabe ao Estado interferir no mercado de trabalho e que a CLT já trata da equiparação salarial.

Os planos do PSL

- Combater o estupro de mulheres e crianças, por meio de medidas como investimento policial, redução da maioria penal de 18 para 16 anos e ampliação do acesso ao porte de armas;
- Investir na saúde bucal e no bem-estar de gestantes, com foco na prevenção de doenças;

Ciro Gomes - Diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil

Candidato do PDT, Ciro Gomes, afirma em seu programa que, se for eleito, pretende corrigir desigualdades sociais entre homens e mulheres e que isso faz parte de sua estratégia. O plano inclui as mulheres ao lado da população negra, LGBT e pessoas com deficiência. Um dos tópicos é “respeito às mulheres”, em que propõe 32 medidas.

Os planos do PDT

- Recriar a Secretaria das Mulheres;
- Promover ações de combate à violência contra a mulher;
- Equiparar o número de homens e mulheres em cargos de comando no governo federal;
- Aumentar as vagas em creches (não fala em números ou prazos);
- Fortalecer programas de qualificação profissional;
- Criar programas de microcrédito;
- Promover ações com foco no aumento de mulheres na política;
- Garantir cumprimento da lei que determina igualdade salarial entre homens e mulheres com igual função e carga horária;
- Incentivar criação de novas delegacias de atenção à mulher.

Marina Silva - Brasil justo, ético, próspero e sustentável

Candidata da Rede, a ex-ministra Marina Silva fala das mulheres em pontos do programa dedicados à saúde, educação e emprego. As ações são articuladas a propostas que incluem também as populações LGBT, negra e povos indígenas.

No capítulo “Direitos Humanos e cidadania plena”, por exemplo, o programa fala em definir políticas específicas para “as desigualdades que atingem mulheres, população negra”, entre outros grupos. Nesse ponto, há um tópico só para mulheres, em que Marina detalha algumas propostas.

Os planos da Rede

- Ampliação das políticas de prevenção à violência contra a mulher;
- Combate ao tráfico interno e internacional de pessoas, bem como o turismo sexual, que atingem majoritariamente as mulheres;
- Criação de políticas que enfrentem a discriminação no mercado de trabalho, com o objetivo de garantir igualdade salarial para mulheres e homens;
- Apoiar o empreendedorismo feminino, por meio de acesso a crédito e capacitação profissional;
- Ampliar oferta de creches em tempo integral (como forma de facilitar o ingresso e a continuidade da mulher no mercado de trabalho);
- Ampliação do tempo de licença paternidade e a construção de um modelo que possibilite uma transição gradual para um sistema de licença parental;
- Promoção de ações preventivas e efetividade dos Programa de Planejamento Reprodutivo e Planejamento Familiar;
- Oferta de contraceptivos pelas farmácias populares e estímulo ao parto humanizado;
- Ampliar as políticas de prevenção à violência contra mulher e a rede de atendimento às vítimas

Geraldo Alckmin - Diretrizes gerais

Candidato do PSDB, Geraldo Alckmin entregou um programa de governo enxuto, em formato de tópicos. Há três eixos principais de ação, que giram em torno do desenvolvimento

econômico e do combate à corrupção e à desigualdade social.

O surge associado a políticas sociais e de segurança pública, que incluem outros grupos, como idosos, LGBT e “outras minorias”. As mulheres são 52% do eleitorado brasileiro.

Os planos do PSDB

- Incentivar a disseminação de “patrulhas Maria da Penha” nas PMs e nas Guardas Municipais com a padronização dos serviços em âmbito da Academia Nacional de Polícia;
- Incentivar a criação de uma rede nacional de serviços especializados de atendimento a mulheres vítimas de violência (exame de corpo de delito, atendimento nas delegacias etc.);
- Incentivar a criação de redes não-governamentais de atendimento às vítimas de violência doméstica, violência de gênero, violência racial, violência contra homossexuais, contra idosos, abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes;

Fernando Haddad - Plano Lula de governo

O plano registrado pelo PT, agora representado por Fernando Haddad, dedicou um tópico a políticas para mulheres dentro do capítulo “Inaugurar um novo período histórico de afirmação de direitos”. De forma geral, o programa trata a temática de maneira conjunta com outros setores, destacando ações específicas para esse público em campos diversos, como economia, saúde, social e segurança pública.

Em outros pontos do programa, o partido inclui as mulheres ao lado de outros grupos, como indígenas, negros e população LGBT, cuja participação promete “aumentar significativamente” nas instâncias de decisão do Poder Executivo.

Os planos do PT

- Recrutar as secretarias, com status de ministério, de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial;
- Incentivo à produção de ciência e tecnologia pelas mulheres;
- Aumentar o valor e o tempo do seguro-desemprego para as gestantes e lactantes (não traz números);
- Aumentar significativamente a presença das mulheres e de negras/os nas instâncias de decisão do Poder Executivo, sobretudo na composição dos ministérios, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e Ministério Público;
- Ampliar políticas de proteção e combate à violência contra a mulher;
- Incentivar políticas de saúde voltadas a gestantes (como programas de valorização do parto normal) e ao combate à mortalidade infantil;
- Apoiar prefeituras para ampliar oferta de vagas em creches (para facilitar o ingresso e a continuidade da mulher no mercado de trabalho);
- Assegurar às mulheres a titularidade prioritária dos lotes em assentamentos de programas de reforma agrária;

Alvaro Dias - Plano de metas 19+1: para refundar a República!

O plano de governo do candidato do Podemos, senador Alvaro Dias, não tem tópico específico sobre a temática de gênero ou ações direcionadas a mulheres ou outros grupos específicos. O tom do documento se destina essencialmente ao “povo brasileiro”. A palavra “mulheres” não aparece uma única vez no plano do candidato.

A única menção ao público feminino aparece no tópico “família unida”, em que o candidato promete acesso universal a creches para “as mães que trabalham”.

João Amoedo - Mais oportunidades, menos privilégios

Candidato do Novo, o empresário João Amoêdo não traz em seu plano de governo ações específicas a mulheres ou a outros grupos, como negros, indígenas ou população LGBT. Mais uma vez, as “mulheres” não são citadas em nenhuma das 23 páginas do plano.

O candidato só fala ao público feminino quando fala da ideia de universalizar o acesso às creches.

Henrique Meirelles - Pacto pela confiança!

Candidato do MDB, o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles elaborou um plano direcionado quase que exclusivamente à economia, tema que abre o programa do candidato.

Em um trecho específico ele menciona a diferença salarial entre homens e mulheres, detalhando que trabalhamos, em média, três horas a mais todas as semanas e temos 76,5% do rendimento dos homens.

Os planos do MDB

- Incentivar a redução da diferença salarial entre homens e mulheres;
- Criar o Pró-Criança, programa de transferência de renda para famílias colocarem filhos em creches particulares;
- Retomar obras paradas de creches.

Guilherme Boulos - Programa da coligação Vamos sem medo de mudar o Brasil

Candidato do PSOL, Guilherme Boulos, elaborou um programa amplo, com 228 páginas, que tem como prioridade o combate às desigualdades sociais. Boulos coloca como medidas centrais de seu plano, as ideias voltadas às mulheres, à população negra, LGBT e indígena e a pessoas com deficiência. Há 40 intersetoriais mencionadas em todo o programa.

Os planos do Psol

- Realizar uma reforma eleitoral para assegurar cotas de participação a mulheres e negros nos partidos;
- Instituir cotas para mulheres, negros e indígenas em cargos públicos;
- Criar mecanismos de equiparação salarial entre homens e mulheres;
- Criar um plano nacional contra a violência contra a mulher;
- Destinação de 1% do PIB para combate à violência contra a mulher;
- Implantar projetos de modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero com os Centros de Atenção Psicossocial;
- Descriminalizar e legalizar o aborto;
- Ampliar o acesso à creche.

Vera Lúcia -16 pontos de um programa socialista para o Brasil contra a crise capitalista

Candidata do PSTU, a educadora sindical Vera Lúcia tem um plano de governo voltado para a classe trabalhadora, há referências a mulheres e população LGBT. O texto traz 16 pontos que

tratam de questões trabalhistas, geração de emprego e melhorias na saúde e educação.

As referências de políticas voltadas ao público feminino não trazem detalhes de como essas propostas seriam colocadas em práticas.

Os planos do PSTU

- Combater a violência contra mulher;
- Equiparar salários entre homens e mulheres;
- Legalizar o aborto.

Cabo Daciolo - Plano de nação para a colônia brasileira

O deputado federal Cabo Daciolo, candidato à presidência pelo Patriota, não traz nenhuma menção ou proposição específica para mulheres ou outros grupos, como população LGBT. No plano, um dos pontos que toca as mulheres é o aborto. Daciolo critica o debate sobre a legalização da prática.

João Goulart Filho - Distribuir a renda, superar a crise e desenvolver o Brasil

Candidato do PPL, o escritor João Goulart Filho propôs um programa voltado à distribuição de renda e ao desenvolvimento econômico. A proposta é organizada em 20 tópicos. Em um deles, o candidato afirma que a situação da mulher é o principal “termômetro do avanço ou atraso de uma sociedade”, cabendo ao Estado assegurar o desenvolvimento das mulheres.

O documento sinaliza que, se eleito, o candidato manterá as regras atuais (legalizado em casos de estupro, risco de vida da mãe e anencefalia). Ele ainda defende que o Estado proporcione acesso a métodos anticoncepcionais.

Os planos do PPL

- Equiparar os salários entre homens e mulheres;
- Aumentar para 1 ano a licença maternidade;
- Reduzir a carga de trabalho que recai sobre as mulheres, ao desenvolver equipamentos sociais que reduzam as tarefas domésticas;
- Incluir mulheres na titularidade de terras concedidas em programas de reforma agrária;
- Instituição de policiamento específico - policiais femininas, delegacias da mulher, que devem ser restabelecidas, e outros aparelhamentos públicos;
- Zerar o deficit de creches e garantir creche em horário integral (não apresenta metas ou prazos)

José Maria Eymael - Carta 27: diretrizes gerais de governo para construir um novo e melhor Brasil

Candidato pelo Democracia Cristã, o advogado José Maria Eymael apresentou um plano que tem como compromisso o cumprimento da Constituição e dos “valores éticos” da família. É mais um plano que sequer menciona a palavra “mulheres”. Eymael cita idosos e pessoas com deficiência, como aqueles que necessitam ações específicas, mas sem dizer quais são. Em educação e emprego, o programa propõe medidas voltadas a crianças e adolescentes.

A reportagem pediu um posicionamento dos candidatos que não citam a palavra mulher nos

planos de governo, mas somente João Amoêdo respondeu. Ele disse que também não cita a palavra homens, para não fazer distinção entre os cidadãos.

[Igualdade de gênero no mercado de trabalho não pode ser reduzida ao salário, afirma procuradora](#)

Propostas de candidatos à Presidência da República vão de criação da “lista suja do machismo” até dizer que não é problema do presidente.

[\(HuffPost Brasil, 13/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Discutir a equidade de gênero no mercado de trabalho não é falar só sobre salário”. A frase é da procuradora Valdirene de Assis, coordenadora nacional de Promoção da Igualdade do Ministério Público do Trabalho (MPT), em meio ao debate entre candidatos à Presidência da República sobre diferença de remuneração entre homens e mulheres.

No debate da TV Gazeta no último domingo (9), Guilherme Boulos (PSol), prometeu uma [“lista suja do machismo”](#) que puniria empresas que pagam menos para mulheres do que para homens na mesma função. Em 17 de agosto, Marina Silva (Rede) entrou em confronto com Jair Bolsonaro (PSL) no debate promovido pela Rede TV!, após o deputado dizer que “na CLT já está garantido que a mulher deve ganhar igual ao homem, [então] não temos nos preocupar com isso”.

O artigo 461 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) prevê que se a função for idêntica, “todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade”. O conceito de igual valor corresponde a trabalho com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a 4 anos e a diferença de tempo na função não seja maior que 2 anos.

De acordo com os dados mais recentes do IBGE, em 2017, o salário médio pago às mulheres foi equivalente a 77,5% do rendimento pago aos homens no Brasil. Enquanto eles receberam R\$ 2.410, elas ganharam R\$ 1.868. A porcentagem ficou levemente acima da registrada em 2016 (77,2%).

Uma [pesquisa da empresa de anúncios de emprego Catho](#) divulgada neste ano, por sua vez, revelou que mulheres ganham até 38% menos que colegas homens que atuam na mesma função.

Segundo o estudo, a desigualdade é maior entre os mais escolarizados. Mulheres com MBA, por exemplo, ganham cerca de R\$ 5.811,80, pouco mais que a metade do que os R\$ 10.106,18

que homens com o mesmo nível de instrução ganham.

Apesar de a discussão nas eleições estar centrada na diferença salarial, a procuradora Valdirene de Assis destaca que a promoção da equidade de gênero no mercado de trabalho não pode ser reduzida só a essa questão.

“A gente fala principalmente de mulheres que têm uma qualificação profissional extraordinária, uma história dentro da empresa de profundo respeito e que vão passar 10, 15, 20 anos naquela estrutura organizacional e não vão chegar aos cargos de mando, de direção da empresa”, aponta.

A especialista em promoção da igualdade dentro do MPT lembra também que a discussão não pode ser dissociada do plano doméstico. “Não se fala em igualdade de trabalho da mulher sem discutir sua condição de mãe, lactante, gestante, responsável primeira pelo maior número de lares no nosso País”, completa.

No âmbito da discriminação de gênero, nos últimos 5 anos, o MPT deu andamento a 534 denúncias em apuração preliminar, realizou 6.338 investigações e instaurou 101 procedimentos administrativos promocionais de políticas pública. Há também 105 TACs (termos de ajuste de conduta) firmados, mais de 11 mil TACs em acompanhamento e 62 ações civis públicas ajuizadas.

Leia os principais trechos da entrevista com a procuradora Valdirene de Assis:

HuffPost Brasil: Os dados de atuação do Ministério Público do Trabalho são de todo tipo de discriminação de gênero, não apenas diferença salarial na mesma função?

Valdirene de Assis: Quando falamos de discriminação de gênero, trazemos à luz todas as questões relativas às condições em que as mulheres são submetidas no mercado de trabalho. E aí está a situação da remuneração, da garantia dos direitos no período da gravidez, na condição de mãe; você não pode dissociar essas condições da vida profissional. É justamente esse o grande desafio que se coloca para o mercado: compreender que a responsabilidade familiar lamentavelmente ainda pesa muito mais para as mulheres do que para os homens. A força de trabalho das mulheres precisa ter um reconhecimento devido.

Esses números são relacionados a equidade de gênero e discutir a equidade de gênero não é falar só sobre salário.

Como funciona e quais são as etapas de apuração das denúncias?

Recebemos as denúncias por meio do site do Ministério Público do Trabalho e cada procuradoria regional tem um site específico, e essas denúncias podem chegar por essa via. A pessoa pode fazer a denúncia de forma anônima, pode pedir que seus dados sejam mantidos em sigilo e pode ser feita pela vítima da discriminação ou por um terceiro que tenha conhecimento da discriminação.

Uma vez recebida a denúncia por nós, procuradores, é feita uma avaliação porque as denúncias precisam ter um caráter coletivo para que o Ministério Público do Trabalho possa atuar. Quando se constata que essa situação é pertinente a todas as mulheres naquele

ambiente de trabalho, é instaurado um procedimento de investigação.

Em seguida, nós fazemos a coleta de provas: vamos até o local, fazemos diligências para verificar de fato como é esse ambiente e, se constatada a ocorrência da discriminação, é aberta à empresa a possibilidade de celebrar um acordo, assumindo o compromisso de promover igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Eles têm o fundamento na ideia de que quando uma empresa viola direito das mulheres no seu quadro funcional, todas mulheres da sociedade se sentem atingidas porque é a posição da mulher que está vulnerabilizada.

E, para além do dano moral coletivo, há sempre uma cobrança de valores para que desde o momento em que a decisão judicial é estabelecida, a empresa passe a adotar as medidas estabelecidas na sentença. Enquanto ela não faz, responde por multas diárias pelo não cumprimento da decisão e pode, no futuro, responder por eventual reincidência, com pagamento de multas.

Mas, de qualquer forma, é sempre mais proveitoso que empresas trabalhem na fronteira do preventivo. Cuidar para que esse ambiente de trabalho seja saudável. Cuidar para que manifestações machistas e que possam resultar em prejuízos concretos para algumas mulheres que integrem esse quadro funcional sejam proibidas.



“Quando uma empresa viola direito das mulheres no seu quadro funcional, todas mulheres da sociedade se sentem atingidas porque é a posição da mulher que está vulnerabilizada”, diz procuradora. (Foto: Bruno Domingos/Reuters)

Como são apurados casos de diferença de pagamento na mesma função?

A gente trabalha segundo as denúncias que chegam e por meio de cooperações com as instituições. Embora a pessoa possa não ter uma informação precisa sobre quanto um colega

em posição profissional semelhante estaria recebendo, a nossa experiência mostra que a mulher tem condições, por meio da convivência do ambiente da empresa, de saber que ela foi preterida ou não.

Considerando o histórico de um e de outro fica evidente que essa preterição dela só pode ter sido em razão da sua condição de mulher porque não existiria outro elemento para que ela não tivesse sido alçada ao cargo de gestão, de mando, como muitas vezes a gente observa na estrutura das empresas.

Às vezes, dentro de uma mesma equipe, pessoas que trabalham em funções semelhantes, em igualdade de condições de trabalho, ganham salários diferentes, sem justificativa. Nesse caso, existe um cenário em que a igualdade precisa ser conferida à pessoa em situação de desvantagem. Quando esse cenário se dá em uma comparação entre homem e mulher, a gente está no terreno de uma discriminação em função de gênero.

Como o MPT atua nesses casos?

Quando isso chega para nós, a gente trabalha, por exemplo, com instrumentos internacionais em que o Brasil é signatário e entram no nosso ordenamento com status de norma constitucional. Existe um comando constitucional pela não-discriminação no artigo V e no artigo VII da Constituição, específico sobre os direitos sociais, todos pugnando contra a discriminação, inclusive essa fundada na questão de gênero.

Para além disso, a gente tem a Convenção 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário. A gente tem outros instrumentos de direito internacionais ratificados e que, portanto, são invocáveis quando a gente trabalha isso do ponto de vista de uma ação judicial para defesa dos direitos das mulheres.

A legislação que protege o trabalho da mulher é farta. É uma legislação consistente. O que a gente precisa, na verdade, é que as denúncias cheguem mais.

É preciso que todas as pessoas estejam atentas à necessidade de que haja essa igualdade, de que se persiga essa oferta de igual oportunidade para as mulheres. E considerando que essa igualdade para mulheres passa por sua condição de mãe, por sua condição de gestante, lactante e é por isso que a legislação confere proteções especiais à mulher. Porque não dá para falar em igualdade de remuneração e oportunidade para pessoas que têm situações fáticas muito diferentes.

Como as empresas devem promover essa igualdade?

Para que essa igualdade concreta no mundo do trabalho se realize, alguns mecanismos de ajuste dessas desigualdades fáticas precisam ser acionados para que a gente encontre algo na prática e não só aquele texto “todos são iguais perante a lei”. As pessoas não são todas iguais.

A gente tem desigualdades fáticas que vão ter sua repercussão no mundo do trabalho em determinados grupos entendidos como vulneráveis e se não existem estratégias específicas para a proteção desses grupos, essas desigualdades perduram e a sociedade reproduz modelos discriminatórios.

Para que a gente enfrente isso da mulher, do negro, da pessoa com deficiência, das pessoas LGBT, há sempre a necessidade de políticas específicas de proteção desses grupos e, portanto, de promoção da igualdade material.

Para as mulheres, as políticas de proteção estão em entender que, em casos de gravidez, por exemplo, mulheres precisam fazer o pré-natal, o acompanhamento de acordo com suas necessidades. E que ausências relacionadas à gravidez não podem trazer nenhum prejuízo à sua condição de trabalhadora.

O fato de a mulher precisar se ausentar pelo período em que está protegida pela licença-maternidade não pode, quando ela retorna ao trabalho, significar prejuízo na sua carreira.

Existem vários pontos que precisam ser tratados com muito respeito e compreensão. Não se fala em igualdade de trabalho da mulher sem discutir sua condição de mãe, lactante, gestante, responsável primeira pelo maior número de lares no nosso País. Tudo isso tem de ser colocado numa mesma balança.

Nessas investigações do MPT não há como saber então quais casos são específicos de mulheres que ganham menos que homens na mesma função?

Essa divisão não tem lógica, não tem sentido porque quando você vai preterir a mulher por conta dessas questões que eu mencionei, isso necessariamente vai ter uma repercussão na remuneração. Porque a mulher que tem sua licença-maternidade violada, não vai ter condição de ser respeitada num processo de promoção dentro da empresa e, portanto, a remuneração dela vai ser afetada.

Os candidatos estão tratando essa questão de forma reducionista?

Com certeza. Não é uma questão de você pegar dentro do organograma das empresas os salários e fazer um cotejo puro e simples. Você tem que entender o contexto disso. Uma mulher deixou de ser promovida, não está com a sua remuneração expressa em igualdade. Mas, por quê? Ela está num patamar inferior a alguém que tem um currículo menor do que o dela e uma trajetória inferior até dentro da própria empresa que a dela porque ela se ausentou pela licença-maternidade ou porque é uma mãe e, portanto, tem que dividir sua jornada com essa responsabilidade?

Essa condição feminina é interpretada do ponto de vista da organização onde ela está prestando serviço como algo que obsta a sua promoção e tudo isso impacta na sua remuneração e numa desigualdade porque todas essas questões trabalhistas, em última análise, são traduzidas na forma como você é retribuído. Se você não tem seus direitos observados, você não vai ter, por óbvio, condições de ocupar os postos devidos.

Se você não tem seus direitos observados, você não vai ter, por óbvio, condições de ocupar os postos devidos.

Quando falamos de ausência de remuneração, não falamos só de duas pessoas que estão estritamente na mesma posição. Falamos, principalmente, de mulheres que têm uma

qualificação profissional extraordinária, uma história dentro da empresa de profundo respeito e que vão passar 10, 15, 20 anos naquela estrutura organizacional e não vão chegar aos cargos de mando, de direção da empresa. Ao passo que colegas homens têm carreiras muito menos consistentes, currículos muito menos recomendados em comparação ao de uma mulher e chegam a esses cargos.

Por que os homens chegam com maior facilidade à situação de gestão e mando na estrutura da empresa, em detrimento de mulheres que têm trajetórias profissionais e currículos brilhantes? Isso é uma coisa que tem de ser considerada quando se fala em remuneração. Eles não estão na mesma função, mas isso não significa que não seria devido uma equidade. Deveria porque não estar na mesma função já é uma expressão da discriminação.

Marcella Fernandes

Políticas para as Mulheres: De olho nas propostas dos presidenciais

Dando continuidade à série, apresentamos as propostas dos candidatos para aquelas que representam mais da metade do eleitorado brasileiro e não sabem em quem votar

As mulheres constituem 51% da população brasileira e mais de 77 milhões de eleitoras. Segundo a última pesquisa [Datafolha](#), a metade delas ainda não sabe em quem vai votar para Presidente daqui a 40 dias.

([Blog Folha, 29/08/2018 - acesse no site de origem](#))

Diante de um cenário em que o eleitorado feminino pode definir quem vai para o segundo turno e até mesmo quem vencerá as eleições, é importante ver quais as políticas públicas estão sendo propostas pelos principais candidatos à Presidência visando o atendimento desse segmento majoritário da população:

- **Álvaro Dias (Podemos)** - Acesso universal a creches para mães que trabalham.
- **Ciro Gomes (PDT)** - Promete recriar a Secretaria das Mulheres e igualar a proporção entre homens e mulheres nos cargos de comando do governo federal. Propõe aumentar o número de vagas disponíveis em creches e implementar programas de microcrédito voltado para as mulheres. Pretende ainda combater a evasão escolar de adolescentes grávidas e estabelecer parcerias com estados e municípios para a implementação de medidas para prevenção de violência contra o sexo feminino, inclusive com incentivos à abertura de novas delegacias de atenção à mulher. Na saúde, quer ampliar a educação sobre métodos de prevenção de gravidez entre os jovens, combater a criminalização das mulheres que interromperem a gravidez de maneira legal e fortalecer os programas de parto natural e humanização no SUS.
- **Geraldo Alckmin (PSDB)** - Pretende estabelecer um pacto nacional para a redução de

violência contra idosos, mulheres e LGBTI, além de fomentar ações de prevenção à gravidez precoce.

- **Guilherme Boulos (PSOL)** - Defende a descriminalização e a legalização do aborto. Promete utilizar 1% do PIB no combate à violência contra a mulher, com a criação de centros de referências, casas de acolhimento, patrulhas municipais da Lei Maria da Penha e delegacias especializadas no atendimento à mulher. Também pretende universalizar o acesso a creches para todas as crianças. Na saúde, quer desenvolver programas de educação sexual, bem como a garantia de acesso a métodos anticoncepcionais, inclusive a pílula do dia seguinte. Propõe o estabelecimento de cotas para mulheres nos cargos de direção dos partidos políticos, assim como a adoção de ações afirmativas para aumentar a proporção de mulheres na magistratura,
- **Henrique Meirelles (MDB)** - “Incentivar a redução da diferença salarial entre homens e mulheres, respaldado pela nova lei trabalhista”.
- **Jair Bolsonaro (PSL)** - Promete tão somente “combater o estupro de mulheres e crianças”.
- **João Amoêdo (Novo)** - Não há menção a mulheres em seu programa.
- **Lula/Fernando Haddad (PT)** - Sugere a recriação do ministério de política para mulheres. Promete trabalhar para aumentar significativamente a presença de mulheres nas instâncias de decisão de todos os poderes.
- **Marina Silva (Rede)** - Garante dar efetividade ao programa de planejamento reprodutivo e familiar e aumentar a oferta de anticoncepcionais nas farmácias populares e estimular o parto humanizado. Promete integrar ações de prevenção de gravidez na adolescência às políticas de educação e saúde. Planeja desenvolver parcerias com Estados e municípios para combater a violência contra a mulher, qualificando também a rede de atendimento às vítimas. Quer enfrentar com rigor o tráfico de pessoas e o turismo sexual. No que se refere à redução das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, quer apoiar o microempreendedorismo feminino (crédito e capacitação profissional), estimular a oferta de vagas em creches em tempo integral, ampliar o tempo de licença paternidade e construir um sistema de transição gradual para que haja uma licença parental que possibilite o compartilhamento do período após o nascimento dos filhos entre o pai e a mãe.

A primeira observação a ser feita após a leitura das propostas sintetizadas acima é a forma como alguns candidatos não dão a devida importância à questão feminina em seus programas. Em alguns casos o descaso é com o plano de governo em si - o elaborado por Alckmin, por exemplo, não passa de um panfleto (e olha que estamos às portas da eleição). Noutras situações, porém, o tema não é aprofundado (Álvaro Dias, Jair Bolsonaro e Henrique Meirelles pinçaram uma ou outra questão isolada). E há o caso de João Amoêdo, que ignorou solenemente as mulheres no rol de suas propostas.

Apesar disso, uma visão geral das medidas apresentadas revela uma preocupação maior com a violência contra as mulheres, a gravidez precoce e a ampliação de vagas em creches. Alguns candidatos, como Ciro Gomes, Guilherme Boulos e Lula/Haddad apostam em medidas de cunho mais simbólico, como a criação de um ministério ou secretaria para o desenvolvimento de políticas para as mulheres e a ampliação do número de ocupantes de cargos de direção provenientes do gênero feminino.

Guilherme Boulos foi o único candidato com coragem de defender publicamente a legalização do aborto. Sobre esse assunto, Ciro é mais cauteloso e propõe “combater a criminalização das mulheres que interromperem a gravidez de maneira legal”. Os demais candidatos silenciaram solenemente sobre um assunto tão importante - e polêmico - para o eleitorado feminino.

Ainda no campo reprodutivo, Marina propõe o aumento da oferta de anticoncepcionais na rede de farmácias populares, da mesma forma que Boulos, que explicitamente menciona a distribuição da pílula do dia seguinte.

No campo econômico, tanto Ciro quanto Marina querem investir no microcrédito e na capacitação para reduzir a distância entre os rendimentos de homens e mulheres no mercado de trabalho. Em complemento, Marina ainda promete repensar o instituto das licenças maternidade e paternidade, atribuindo maior pragmatismo aos pais e permitindo criar condições para que ambos os genitores escolham a melhor forma de alocar o tempo a ser dedicado integralmente aos filhos entre si.

Por fim, cabe aqui uma crítica mais pesada: a proposta de Boulos de aplicar 1% do PIB na prevenção à violência contra as mulheres parece ser totalmente fora da realidade de um país submerso em tamanha crise fiscal. Programas de governo devem ser, antes de qualquer coisa, responsáveis e críveis.

E você, o que achou das propostas dos candidatos para as mulheres? Comente abaixo ou envie sua opinião para brunocarazza.oespiritodasleis@gmail.com

[Cármem Lúcia diz que leis são feitas por homens sem considerar a realidade das mulheres](#)

Presidente do Supremo atribuiu o ‘enorme’ preconceito contra mulheres à disparidade de gênero no mercado de trabalho

[\(O Estado de S. Paulo, 10/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, afirmou nesta quinta-feira, 10, que as leis brasileiras são feitas, majoritariamente, por homens, sem levar em consideração a realidade das mulheres. “Somos parte de uma sociedade em que predomina ainda o olhar do homem pelo homem”, disse.

A presidente da Corte participou do “Womenwill” do Google, no Centro Internacional de Convenções de Brasília. O evento é uma iniciativa da empresa para criar oportunidades econômicas e promover o desenvolvimento das mulheres ao redor do mundo.

Ao subir no palco, a presidente foi ovacionada pelas mulheres presentes na plateia. “Leis são feitas majoritariamente por homens sem levar em consideração a nossa realidade, que é

diferente e que se soma à do homem. Nós não queremos, definitivamente, um mundo de mulheres, por mulheres ou para mulheres. Queremos um mundo de homens e mulheres felizes”, disse Cármen.

Em sua fala, Cármen afirmou que a diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho é decorrente de um “enorme” preconceito contra as mulheres. “Nós podemos ser maioria no Brasil em termos de formação intelectual, mas em termos de posicionamento no mercado de trabalho, é exatamente e, infelizmente, demonstração de que a igualdade ainda não aconteceu entre homens e mulheres”, afirmou.

Às mulheres presentes, Cármen destacou a importância de um aprendizado permanente. “Mas não adianta apenas aprender. Aprender e trancar como ideia na cabeça não resolverá a sua vida, nem a de ninguém. Quando a gente aprende a aprender e a fazer a gente reaprende a ser. A gente se reinventa com o conhecimento que é trazido, e temos a capacidade de mudar.”

Cármen falou por pouco mais de sete minutos. Às 13h30, a presidente da Corte recebe a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em seu gabinete. Em seguida, participa de sessão de julgamento, às 14h.

Teo Cury

SPM e Ministério do Desenvolvimento Social traçam ações conjuntas para a garantia da dignidade da mulher

(SPM, 10/08/2016) A busca por um trabalho integrado com órgãos do Governo Federal resultou em reunião hoje (9) com a secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, e o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra.

Ela apresentou ao ministro o balanço do primeiro semestre de 2016 da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e falou da necessidade de redução dos índices de violência contra as mulheres.

Osmar Terra explicou que o programa nacional da primeira infância, voltado às crianças atendidas pelo Bolsa-família, vai acompanhar em domicílios gestantes e crianças de zero a dois anos de idade. O ministro garantiu que a SPM fará parte do Comitê Nacional, estabelecendo a transversalidade das ações.

A secretária Fátima Pelaes destacou a importância da soma de esforços na garantia da dignidade da mulher de forma ampla. “Precisamos nos aproximar dos lares brasileiros e conclamar toda a sociedade para uma mudança de comportamento, que respeite homens e mulheres como cidadãos iguais em direitos”, argumentou.

Comunicação Social

Acesse no site de origem: [SPM e Ministério do Desenvolvimento Social traçam ações conjuntas para a garantia da dignidade da mulher \(SPM, 10/08/2016\)](#)

Entre a manipulação da Bíblia e a posse da Vagina, por Eliane Brum

(El País, 06/06/2016) *Os protestos contra a cultura do estupro apontam para onde se movem os Brasis e onde de fato está a oposição*

O levante das mulheres contra a cultura do estupro no país governado pelo interino Michel Temer (PMDB) e pelo Congresso mais retrógrado desde a redemocratização forma o retrato mais preciso desse momento histórico tão particular do Brasil. A oposição atual não é entre um governo chamado de “golpista” e um governo que já foi apresentado como “popular”. Ou entre a presidente afastada pelo processo de impeachment e o vice que conspirou para afastá-la. O embate é entre o Brasil que emergiu das manifestações de junho de 2013 e o Brasil que se agarra aos privilégios de classe, de raça e de gênero. É esse o confronto político mais amplo que determina o curso dos dias.

Leia mais:

[Por que mulheres ficaram contra a vítima de estupro coletivo no Rio? \(El País, 07/06/2016\)](#)

[As raízes da opressão, por Alessandra Orofino, Ana Carolina Evangelista, Antonia Pellegrino e Manoela Miklos \(Folha de S. Paulo, 07/06/2016\)](#)

[É hora de mudar, por Phumzile Mlambo-Ngcuka \(Folha de S. Paulo, 07/06/2016\)](#)

[Análise - Estupro e suas penas \(O Estado de S. Paulo, 06/06/2016\)](#)

Nem Temer, PMDB e partidos aliados representam todas as forças conservadoras de um lado, nem Dilma Rousseff, Lula e o PT são capazes de representar o outro campo. Como a Operação Lava Jato já mostrou, com todas as críticas que se pode - e se deve - fazer aos seus flagrantes abusos e aos personalismos inaceitáveis de alguns servidores públicos, PMDB e PT são, em alguns aspectos cruciais, mais semelhantes do que diferentes. Em alguns aspectos, obviamente não todos, mais sócios que se desentenderam do que opositores de fato políticos, no que a política tem de mais profunda, que é a sua potência transformadora. É fundamental compreender onde de fato está a oposição hoje, para além do Impeachment x Golpe.

Esta é a parte que Temer, o PMDB e as demais forças que apoiaram o impedimento de Dilma Rousseff parecem não ter compreendido. E também por isso as primeiras semanas do Governo provisório tiveram tantos recuos e pelo menos duas baixas de ministros. Apesar da sobra de esperteza dos protagonistas, eles parecem de fato ter acreditado que o país pudesse simplesmente retroceder e as velhas forças se reorganizarem mais uma vez - sem oposição. Assim como ter acreditado que a oposição, a partir de certo momento, era o PT. Acreditaram na falsa polarização, sem perceber que o país hoje é muito mais complexo.

“Homens brancos e velhos”. A reação ao ministério de Temer mostrou de imediato de onde viria a oposição. Gênero, raça e protagonismo jovem. A política para além dos partidos, a

política que em 2013 expulsou os partidos das ruas.

Duas fotografias, um abismo. Nas ruas do país, as mulheres escrevem na pele nua que seus corpos lhe pertencem ao protestar contra a cultura do estupro depois das violações coletivas de duas meninas, uma no Rio, outra no Piauí. O que Temer faz? Chama para ocupar a rebaixada secretaria de Políticas para Mulheres uma evangélica, Fátima Pelaes (PMDB), que já se declarou contra o aborto mesmo em casos de estupro. Ou o presidente interino tem uma deficiência cognitiva ou obedece a mandamentos menos declarados.

Ao extinguir justamente o ministério que contemplava as políticas de gênero, raça e direitos humanos, e ao extinguir o Ministério da Cultura, que fomenta a expressão dessas políticas, Temer já havia demonstrado que nem ele nem as forças que o apoiaram compreendem o país que tanto querem governar. Teve de correr atrás do prejuízo e de mulheres que concordassem em fazer parte do governo. Foi obrigado a recuar e a devolver o Ministério da Cultura à Esplanada.

Esses recuos são mais reveladores do que os ministros demitidos após o vazamento de gravações em que teriam conspirado contra a Lava Jato, porque apontam para as forças que demandam a ampliação da política. E que denunciam a crise de representação mais profunda. É por estas forças, estas políticas que não há como voltar ao Brasil do passado. O presente é outro, o presente é fluxo. É possível que os esquemas de corrupção se reorganizem de outra maneira, como ocorreu na Itália. Mas é bastante improvável que mulheres, negros e LGBTs parem de questionar os privilégios de gênero e de raça, assim como os crimes de gênero e de raça. Os povos da floresta são uma outra força, ainda obscurecida, que deverá ganhar mais e mais visibilidade com o avanço da crise climática.

Este Brasil que vai às ruas protestar contra a cultura do estupro, contra o genocídio da juventude negra, contra a corrosão das escolas públicas, onde estudam os mais pobres, representa a grande potência criativa deste momento. Muito se tem falado sobre a perda das conquistas da década passada, evidenciada por fatos como os mais de 11 milhões de desempregados atuais. É importante perceber, porém, que há ganhos que não retrocedem. A primeira geração de jovens negros que chegou à universidade não vai deixar de pressionar pela ampliação dos acessos. Assim como as mulheres que se empoderaram ao receber o Bolsa Família já se tornaram outras.

É fundamental identificar onde está o movimento. E onde está a paralisia. Ou mesmo o retrocesso. Descolados do Brasil que se move, nem o governo nem o Congresso têm resposta. Em parte, porque sequer entendem o que dizem as manifestantes que ocuparam as ruas.

Dilma Rousseff e o PT, empenhados na disputa do impeachment, tampouco têm possibilidade de representar essas forças. Há enorme potencial simbólico no fato de uma mulher assumir a presidência da República pela primeira vez. Mas é importante lembrar da escolha feita por Lula e pelos marqueteiros para turbinar esse simbolismo. Dilma foi apresentada como “mãe” dos pobres, “mãe” do povo, “mãe” do PAC. Nada mais arcaico hoje do que reduzir uma mulher à maternidade. E reduzir a maternidade às mulheres. Neste sentido, a oportunidade – preciosa – de ampliar a potência dos significados de uma mulher na presidência foi perdida, ao se optar por reforçar os velhos estereótipos, sempre redutores.

É fato que Dilma nunca se adaptou bem a esse modelito marqueteiro, mas também é fato que usou desse discurso sempre que lhe foi conveniente. Também vale lembrar que, como presidente, Dilma Rousseff recuou várias vezes na esfera dos direitos das mulheres e dos

LGBTs para não perder o apoio primeiro dos eleitores religiosos, depois da bancada evangélica no Congresso. Na campanha eleitoral que a tornou presidente pela primeira vez, em 2010, sofreu um ataque criminoso cuja origem ainda precisa ser melhor apurada, com a difusão de que era “abortista” e “assassina de fetos”. José Serra, então candidato a presidente pelo PSDB e hoje ministro das Relações Exteriores do governo Temer, empenhou-se em aproveitar o ataque vindo das catacumbas ou de um lugar que merece ser melhor apurado, apregoando que tinha “Deus no coração”. Em seu programa eleitoral, mulheres grávidas desfilavam pela tela porque o candidato prometia cuidar dos bebês mesmo antes de nascerem.

A campanha eleitoral de 2010 marca o momento em que o debate foi rebaixado, com enormes consequências. Dilma elegeu-se a primeira mulher presidente, mas para isso escreveu uma carta pública declarando-se “pessoalmente contra o aborto”. Nela, comprometia-se a não propor nenhuma medida para alterar a legislação sobre o tema. Quem saiu a defendê-la pelos templos evangélicos foi, entre outros, Eduardo Cunha (PMDB). O deputado que lideraria o processo de impeachment da presidente garantiu a pastores que a então candidata merecia o voto evangélico porque era contra o aborto.

Não volto a lembrar deste fato por apego à redundância, mas porque sem compreender o que aconteceu com o país naquele momento não me parece possível compreender o cenário atual. Nem a profundidade da “primavera feminista” nas ruas. A campanha eleitoral de 2010 é um marco da ocupação do poder pelos evangélicos fundamentalistas, aliados a outras forças conservadoras, assim como de seu crescente poder de pressão. Naquele momento se estabeleceu que o corpo das mulheres seria a moeda de chantagem política dali em diante. Dilma rendeu-se primeiro em nome da vitória eleitoral, depois, da tal “governabilidade”. Conhecemos bem o resultado da “governabilidade” e a fidelidade dos aliados de ocasião.

Assim, as manifestações contra a cultura do estupro têm ainda mais ressonância do que pode parecer à primeira vista. Se as mulheres se apropriarem de seus corpos, será preciso encontrar outra moeda de barganha no Brasil atual. É de estupro que se fala, mas é ainda mais que está em jogo.

Se há este Brasil que se move ocupando as ruas, há um outro que também se move. É onde está, de certo modo, a “situação”. Também neste sentido, a reação aos estupros coletivos foi um sinalizador precioso. Como ninguém, ou pelo menos quase ninguém, pode defender um estupro, a disputa se deu em torno do ser ou não um estupro. Assim como das mulheres cujos corpos têm “valor”. Neste discurso, se os corpos têm “valor”, não poderiam ser violados. Mas, se os corpos não têm “valor”, não seria considerado um estupro mesmo quando violados. O valor é determinado principalmente pelo julgamento das escolhas morais e estéticas dessas mulheres, mas também pela sua raça e classe.

Ter valor diz respeito, em qualquer um dos casos, a um corpo convertido em objeto. Quando a palavra de uma mulher ao dizer que foi estuprada não é escutada, ou é colocada em dúvida, o que se reforça é que objetos não têm voz. É importante perceber também que os corpos das mulheres só podem virar moeda eleitoral ou moeda de chantagem política, como acontece mais explicitamente desde a campanha eleitoral de 2010, quando vistos e tratados como objetos.

A desobjetificação das mulheres é, portanto, ameaçadora à manutenção dos privilégios de quem ocupa o poder ou deseja ocupá-lo. Ou alguém acredita que deputados como Eduardo Cunha (PMDB) e o clero evangélico do Congresso estão de fato preocupados com a vida do feto quando tentam impedir as mulheres de fazer aborto legal? Ou quando determinam que família

é homem com mulher?

É preciso ser mais do que ingênuo para acreditar na sinceridade dessa motivação moralista. Estão preocupados, sim, em manter o comando da Casa da Moeda. Assim, as mulheres que cantaram num show de Caetano Veloso - “eta, eta, eta, o Eduardo Cunha quer controlar a minha buceta” - têm toda razão. Cunha não só quer, como precisa.

A bancada evangélica do Congresso chegou rapidamente a conclusão que a melhor moeda, pelo menos no momento, é o corpo das mulheres. Que esse controle sobre o corpo das mulheres venha travestido de religião e justificado por uma interpretação fundamentalista da Bíblia é estratégia, não princípio. Quando nos referimos a essa estirpe de parlamentares como “conservadores”, confere-se a eles uma seriedade que não têm. Do mesmo modo, chamar de Bancada da Bíblia acaba sendo menos uma ironia - e mais um reconhecimento equivocado de que a Bíblia de fato teria importância. Na prática, a Bíblia é mais um instrumento de manipulação, o que deveria ofender os evangélicos que levam a sério os fundamentos de sua crença. Uma parte do clero evangélico no Congresso leva seus princípios religiosos tão a sério quanto levam o mandamento “não roubarás”.

O aborto é o grande tema em disputa por essa razão. Se uma mulher é tão dona do seu corpo que pode interromper uma gestação, seu corpo já não pode ser objeto de um outro. Já não pode ser moeda. É também por isso que a maternidade precisa ser tão valorizada como destino sagrado das mulheres - e nisso uma interpretação religiosa da Bíblia é feita sob medida. Assim, nem de longe a escolha de uma evangélica que já se posicionou contra o aborto em caso de estupro para comandar a secretaria das Mulheres pode ser considerada uma distração política de Temer. Que depois de ter calculado todas as variáveis ele tenha feito essa escolha, mesmo com as ruas ocupadas por ativistas, só aponta onde o presidente interino acredita estar a força.

Mas Temer, o homem que tão bem calculava, já não calcula como antes. A nomeação foi publicada no Diário Oficial de 3 de maio, mas o presidente ainda pode voltar atrás. A reação das feministas foi mais forte do que Temer e os seus acreditaram que seria. Para completar, a imprensa denunciou que Fátima Pelaes é investigada num esquema de corrupção. Se Temer voltar atrás mais uma vez, será mais um recuo de um governante que desde a nomeação do ministério demonstra não entender o país que governa, atarantado entre forças opostas.

A construção de redes de comunicação, como a Record, assim como a ocupação de redes já existentes, por certas igrejas evangélicas, é a outra ponta desta arquitetura que cada mais influencia a vida cotidiana do país. Quem grita “Globo golpista” precisa ampliar um pouco mais o seu olhar. Não dá para entender este Brasil que cada vez mais é “situação” sem compreender a brilhante estratégia de ocupação de poder por parte dos ditos evangélicos. É de poder que se trata, poder para muito além da religião. E, se observarmos a história recente, essa ocupação de poder é acelerada.

Acreditar que o atual Congresso não representa o Brasil é um equívoco. Antes fosse. Pode não representar as mulheres nas ruas, assim como outros movimentos e setores mais progressistas. Mas há um Brasil que sem dúvida representa. E esse Brasil também se move. E é forte. Quando a maioria dos parlamentares votou pela abertura do impeachment da presidente em nome de Deus e da Família, usavam a mesma linguagem que uma parte considerável da população brasileira.

Também neste sentido os protestos contra a cultura do estupro são bastante iluminadores. É significativo que as ruas de capitais brasileiras tenham sido tomadas por manifestantes

reivindicando a posse do corpo. Mas é preciso prestar atenção também aos vídeos, com grande audiência na internet, e aos protestos na comunidade onde ocorreu o crime, em que homens levantaram cartazes: “Não houve estupro!” ou “Orgia não é estupro”.

Nos vídeos são apresentadas “provas” morais para defender a tese de que não foi estupro, como as roupas que a vítima vestia e sua liberdade sexual. Também apresentam como “prova” o fato de que um estupro não seria tolerado pelo tráfico, numa referência a quem ocupa o lugar de lei em parte das favelas. Há outro ponto comum importante em vários desses discursos disseminados na internet: a ideia de que defesa da menina estuprada é feita por “comunistas” - ou por “comunistas dos direitos humanos”. Aqui também há uma ligação entre corpo da mulher e política que não pode ser descartada apenas pela precariedade do discurso.

Uma organização criminosa teria decretado a morte não dos estupradores, mas da menina estuprada. Em entrevista à Ponte, site de jornalismo especializado em direitos humanos, justiça e segurança pública, a socióloga Camila Nunes Dias, que pesquisa o crime organizado no Brasil, contrapõe-se ao mito de que o estupro é condenado por criminosos: “(Estes grupos de crime organizado) são profundamente conservadores, machistas e homofóbicos, e isso muitas vezes se minimiza na análise da sua atuação nas prisões e comunidades”. E, em outro momento: “Por mais que se matem uns aos outros, policiais e bandidos têm visões de mundo muito parecidas”.

O estupro atravessa todas as classes sociais. Os casos de violência sexual contra mulheres na faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), assim como em diversas outras universidades cujos estudantes são majoritariamente de classe média e alta, são apenas um dos exemplos de que a cultura do estupro é disseminada no país. Mas sempre vale a pena compreender as particularidades pelas quais essa cultura se estabelece nas diferentes realidades. Em especial quando se situa a disputa política atual a partir do que me parece central: o questionamento dos privilégios.

Na trajetória de alguns movimentos do século 20, assim como de alguns partidos, todos os privilégios eram contestados, menos o de gênero. A história dos sindicatos no Brasil, marcada pelo machismo e pela homofobia, precisa ser enfrentada também a partir deste recorte, para que algumas relações possam ser esclarecidas. Há muitos depoimentos que ainda virão à tona. Esta, como tantas outras, é uma história muito mal contada.

É preciso lembrar ainda que, para uma grande parcela dos homens brasileiros, o único privilégio que detém é o de gênero. Como se sabe, não é fácil abrir mão dos privilégios, mais ainda se este for o único num país tão desigual. O discurso moralista sobre o corpo das mulheres encontra um terreno fértil nas camadas mais pobres da população. E este é um viés fundamental na compreensão da ascensão de algumas igrejas evangélicas. Se a manutenção do privilégio de gênero tiver uma justificativa edulcorada, referenciada pela Bíblia, nada mais atraente. Não só mantém o privilégio como ainda é um homem “de bem” por mantê-lo. Quem vai discutir com Deus, afinal?

São muitos pontos para ligar. Os Brasis se movem. As mulheres que foram às ruas nos últimos dias acertaram em muito mais do que parece.

Eliane Brum é escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção *Coluna Prestes - o Averso da Lenda*, *A Vida Que Ninguém vê*, *O Olho da Rua*, *A Menina Quebrada*, *Meus Desacontecimentos*, e do romance *Uma Duas*. Site: desacontecimentos.com
Email: elianebrum.coluna@gmail.com Twitter: @brumelianebrum

Acesse no site de origem: [Entre a manipulação da Bíblia e a posse da Vagina, por Eliane Brum \(El País, 06/06/2016\)](#)